

Industrial do Brasil
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários Ltda

**Demonstrações financeiras em 30 de
junho de 2026**

Conteúdo

Relatório da Diretoria	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

**INDUSTRIAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA**

RELATÓRIO DA DIRETORIA – JUNHO DE 2026

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, juntamente com o Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. A Diretoria está à inteira disposição dos senhores cotistas para quaisquer esclarecimentos.

Patrimônio Líquido e Resultado no Semestre e Exercício.

• **Patrimônio Líquido**

O capital social de R\$5.118 é representado por 686.000 cotas de valor nominal R\$7,46 cada uma.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação pertinente.

• **Resultado nos Semestres**

A Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. registrou lucro líquido semestre de R\$165 mil em 2026 e R\$175 mil em 2025.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.910/21, a KPMG Auditores Independentes Ltda. não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Sócios e Diretores do

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Companhia”) em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-014428/O-6


Gustavo Mendes Bonini
CRC 1SP296875/O-4

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	06/2026	12/2025	Passivo	Nota	06/2026	12/2025
Disponibilidades	4	<u>27</u>	<u>173</u>	Outros passivos	7	64	115
Instrumentos financeiros		<u>5.357</u>	<u>5.174</u>	Patrimônio líquido		<u>5.443</u>	<u>5.278</u>
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5	5.357	5.174	Capital social	9	5.118	5.118
Outros Ativos	6	<u>123</u>	<u>46</u>	Reservas de lucros	9	325	160
TOTAL DO ATIVO		<u><u>5.507</u></u>	<u><u>5.393</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>5.507</u></u>	<u><u>5.393</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Resultado da intermediação financeira		<u>351</u>	<u>359</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12	351	359
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>351</u>	<u>359</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(136)</u>	<u>(130)</u>
Outras despesas administrativas	10	(116)	(110)
Despesas tributárias	11	(20)	(20)
Resultado operacional		<u>215</u>	<u>229</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>215</u>	<u>229</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(50)</u>	<u>(54)</u>
Provisão para imposto de renda	8	(27)	(29)
Provisão para contribuição social	8	(23)	(25)
Lucro líquido dos semestres		<u><u>165</u></u>	<u><u>175</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Demonstrações de resultados abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro Líquido dos semestres	<u>165</u>	<u>175</u>
Resultado abrangente dos semestres	<u><u>165</u></u>	<u><u>175</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025				
		Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital	Reserva Legal	Reserva estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9	5.118	28	552	-	5.698
Lucro do semestre		-	-	-	175	175
Destinação do lucro:						
Reserva legal	9		9		(9)	-
Reservas estatutária	9	-		166	(166)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>5.118</u>	<u>37</u>	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>5.873</u>
Mutações do período		<u>-</u>	<u>9</u>	<u>166</u>	<u>-</u>	<u>175</u>
2026						
	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital	Reserva Legal	Reserva estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9	5.118	37	123	-	5.278
Lucro do semestre		-	-	-	165	165
Destinação do lucro:						
Reserva legal	9		8		(8)	-
Reservas estatutária	9	-		157	(157)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		<u>5.118</u>	<u>45</u>	<u>280</u>	<u>-</u>	<u>5.443</u>
Mutações do período		<u>-</u>	<u>8</u>	<u>157</u>	<u>-</u>	<u>165</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro Líquido	165	175
Lucro líquido dos semestres	165	175
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(60)	(64)
Outros ativos	(60)	(64)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	(51)	(12)
Outros passivos	(51)	(12)
Impostos pagos	(17)	(14)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	37	85
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	37	85
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	5.347	5.729
No final do semestre	5.384	5.814
Aumento do caixa e equivalente de caixa	37	85

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Distribuidora ou Companhia”) situada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3555, é administrada e opera dentro do contexto das atividades e políticas do seu controlador, o Banco Industrial do Brasil S.A. e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 26 de agosto de 2026.

2.1 Transição para a Resolução CMN nº 4966/2021 e Resolução BCB nº352/23

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

Adicional à Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de “SPPJ”), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Para a Distribuidora não foram identificados impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025.

3 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Ativos e passivos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e liquidação e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Ativos e passivos contingentes

As contingências ativas e passivas são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 15).

f. Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$120 mil nos semestres para imposto de renda e 15% para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais

e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Distribuidora não possui IR e CS diferido, nem Créditos tributários em 30 de junho de 2026.

g. Controle e gestão de riscos

O controle e gestão dos riscos são efetuados tendo em vista o contexto das atividades e políticas do seu controlador, o Banco Industrial do Brasil S.A.

h. Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas da Distribuidora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Distribuidora previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “intermediar e distribuir títulos e valores mobiliários no mercado”. Além disto, a Administração da Distribuidora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que não houve ocorrência de resultados não recorrentes.

4 Disponibilidades

	06/2026	12/2025
Moeda Nacional	27	173
Total	<u>27</u>	<u>173</u>
Circulante	27	173

O valor refere-se ao saldo de disponibilidade com o Banco Industrial do Brasil S.A (controlador, vide nota 12).

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações em depósitos interfinanceiros (Custo Amortizado)

	06/2026	12/2025
Vencimentos		
Até 30 dias	<u>5.357</u>	<u>5.174</u>
Total	<u>5.357</u>	<u>5.174</u>

Refere-se ao saldo total de aplicações interfinanceiras de liquidez. As operações foram efetuadas com o Banco Industrial do Brasil S.A (controlador) como contraparte (vide nota 12).

6 Outros Ativos

	06/2026	12/2025
Impostos a recuperar	30	46
Despesas antecipadas	<u>93</u>	=
Total	<u>123</u>	<u>46</u>
Circulante	123	46

7 Outros Passivos

	06/2026	12/2025
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	50	112
Impostos e contribuições a recolher	<u>14</u>	<u>3</u>
Total	<u>64</u>	<u>115</u>
Circulante	64	115

8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2026 a Distribuidora não constituiu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CS em razão da baixa probabilidade de auferir resultados positivos. O montante desses créditos seria de R\$491.

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social (acumulado)

	06/2026		06/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado líquido antes da tributação	215	215	229	229
Adições/exclusões	6	6	5	5
Outras	6	6	5	5
Lucro antes das compensações	221	221	234	234
Compensação de prejuízos	(66)	(66)	(70)	(70)
Base de cálculo	155	155	164	164
Encargos às alíquotas de 15% (IR e CS)	23	23	25	25
Adicional de IR a 10% sobre parcela que exceder a R\$120	4		4	
Imposto de renda/contribuição social	27	23	29	25

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$5.118 é representado por 686.000 cotas de valor nominal R\$7,46 cada uma.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2026 é de R\$45.

A Reserva estatutária foi constituída, com a parcela de lucros não distribuída aos sócios, para futuros investimentos. O saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2026 é de R\$280.

c. Dividendos

Aos cotistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual.

10 Outras despesas administrativas

	06/2026	06/2025
Serviços do sistema financeiro	(21)	(16)
Serv. técnicos especializados*	(89)	(88)
Outras despesas adm.	(6)	(6)
Total	(116)	(110)

*Inclui os honorários de auditoria apropriados para o semestre de 2026 no montante de R\$88.

11 Despesas tributárias

	06/2026	06/2025
Cofins	(14)	(14)
PIS	(2)	(2)
Outros tributos	(4)	(4)
Total	(20)	(20)

12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos resultantes de operações entre a Distribuidora e partes relacionadas - Banco Industrial do Brasil S.A., (controlador), são os seguintes:

	06/2026	06/2025
Ativo:		
Disponibilidades	26	18
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	5.357	5.796
Resultado de semestre:		
Receitas das aplicações interfinanceiras de liquidez	351	359

(*) Refere-se a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com partes relacionadas, cujas taxas são 100% do CDI.

Pessoal-chave da administração:

Os administradores da Companhia também exercem funções de administração em todas as demais entidades que compõem o Grupo Industrial, sendo remunerados diretamente pelo Banco Industrial do Brasil S.A. As informações referentes à remuneração da administração devem ser analisadas no contexto consolidado do Grupo, em vista que a Distribuidora é uma controlada do Banco."

13 Indicadores de risco (Basileia)

A apuração dos índices de Basileia e de imobilização da Distribuidora é feita pelo Conglomerado Banco Industrial do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958 e alterações da Resolução BCB 229. O índice de comprometimento de patrimônio de referência consolidado para o risco de operações é de 17,1% em 30 de junho de 2026.

14 Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora não realizou em 30 de junho de 2026, operações com instrumentos financeiros derivativos.

15 Passivos contingentes

A Distribuidora possui 2 ações cíveis sob rito ordinário, classificadas pelos nossos assessores jurídicos com possibilidade de perda possível. O valor envolvido, atribuído pelos autores, em cada processo é de R\$ 11.630 e R\$ 8.300. A administração declara a inexistência de processos trabalhistas e fiscais de risco provável ou possível.

16 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	06/2026	06/2025
No início do período	<u>5.347</u>	<u>5.729</u>
Disponibilidades	173	42
Aplicações Interfinanceiras	5.174	5.687
No final do período	<u>5.384</u>	<u>5.814</u>
Disponibilidades	27	18
Aplicações Interfinanceiras	5.357	5.796

17 Eventos subsequentes

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024, que integra a Emenda Constitucional 132/2023, prevê a extinção total do PIS/Pasep e da Cofins em 2027 em contrapartida da implantação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O período de transição inicia-se em 2027 e estende-se até 2033, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. Também é previsto para o período - na hipótese que as municipalidades mantiverem a tributação pelo ISS (Imposto Sobre Serviços), uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

A Companhia vem acompanhando as legislações, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2027”

A Administração comunica que, em 27 de julho de 2026, ocorreu a mudança do endereço da sede social, passando da Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.703, para Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.555, bairro Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Eduardo Barcelos Guimarães
Diretor

Dalmo Goes
Contador CRC 1SP144600/O-2